

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

Theoretical and methodological notes for the discourse analysis of journalistic materials

Fernando Felício Pachi Filho

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas (SP), Brasil; Professor de Comunicação da Faculdade de Tecnologia Termomecânica (FTT) – São Bernardo do Campo (SP), Brasil; Professor de Comunicação da Universidade Paulista (UNIP) – São Paulo (SP), Brasil. E-mail: ffpachi@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo, procuramos refletir sobre as bases conceituais da Análise de Discurso de linha francesa, na tradição aberta por Michel Pêcheux, de modo a propor parâmetros fundamentais na análise de materiais simbólicos midiáticos, em especial os jornalísticos, por definição não transparentes, que caracterizam trabalhos ancorados neste paradigma. Propomos, assim, não uma integração dos estudos de discurso aos estudos da comunicação, mas reflexões que devem guiar possibilidades de análise.

Palavras-chave: comunicação; imprensa; análise de discurso.

Abstract

In this paper, we reflect on the conceptual foundations of French discourse analysis, in the tradition opened by Michel Pêcheux, in order to propose the basic parameters in the analysis of symbolic media materials, especially the news, by definition non-transparent, which characterize work grounded in this paradigm. Therefore, this is not an integration of communication, but thinking that should guide analysis possibilities.

Keywords: communication; press; discourse analysis.

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos**1. Introdução**

Os materiais advindos de meios de comunicação se constituíram, ao longo dos anos, como um lugar privilegiado para analistas de discurso construir seus objetos de análise. Toda a produção simbólica encontrada nas mídias torna-se, assim, incontornável para a compreensão da circulação social dos sentidos e para a apreensão do discurso social nas suas relações com a história e as ideologias. Na perspectiva da Análise de Discurso (AD), todos os sistemas de codificação, sejam eles verbais, sonoros ou visuais, têm uma história de sua constituição e de uso no funcionamento social que não pode ser desprezada. No cenário atual, no qual as mídias digitais se configuram como síntese de códigos, é necessário retomar conceitos fundadores da AD na sua relação com o contexto contemporâneo dos meios de comunicação, de modo a evitar que eles se tornem “ferramentas” e percam suas relações necessárias com a teoria e os procedimentos teórico-metodológicos da AD. Evita-se, assim, uma ênfase no suporte de mídia em detrimento da teoria, que apresenta riqueza de conceitos e produtividade analítica.

Neste artigo, procuramos refletir sobre as bases conceituais da AD de linha francesa, na tradição aberta por Michel Pêcheux, de modo a propor parâmetros fundamentais na análise de materiais simbólicos midiáticos, em especial os jornalísticos, que caracterizam trabalhos ancorados neste paradigma. Propomos, assim, não uma integração dos estudos de discurso aos estudos da Comunicação, mas reflexões que devem guiar possibilidades de análise, independentemente do suporte em que os materiais de análise se encontram.

Consideramos que a AD e as teorias da comunicação mantêm ainda relações difusas e tensas, carecendo reflexão teórica para que as questões de linguagem enfrentadas no campo da Comunicação tenham na AD não apenas um instrumento para a análise meramente linguística. Esta visão instrumental apaga a necessidade de integração entre o simbólico, o histórico e o político, deslocando a AD apenas para questões de linguagem não contempladas diretamente pelas teorias da Comunicação.

Da mesma forma, a compreensão do discurso das teorias da Comunicação é fundamental para os analistas pensarem possibilidades de diálogo ou de debate teórico. Nesse sentido, acreditamos que estes aspectos precisam ser trabalhados na perspectiva de como o discurso ou como a AD pode afetar outras disciplinas (ORLANDI, 2012, p. 38), tarefa que deve merecer atenção dos pesquisadores.

2. A Análise de Discurso como proposta teórico-metodológica

O esforço teórico empreendido por Pêcheux e seu grupo, a partir do final dos anos 1960, na França, resultou na constituição de um objeto — o discurso — passível de descrição, análise e interpretação. O discurso como o entendemos hoje, está longe de ser um consenso, mas, em termos gerais na perspectiva aberta por Pêcheux, temos o discurso como um objeto constituído a partir de lugares teóricos distintos que pendem para disciplinas ou campos de saberes nas humanidades como um todo. Captar o discurso como objeto não é algo dado. Sua existência e materialidade dependem de uma postulação teórica, de uma construção e formação de um campo de análise diverso, em que o discurso se torna o centro das preocupações. Ora, se o discurso aparece como preocupação em áreas diversas como as Ciências Sociais de modo geral, a História, a Psicologia e as Ciências da Linguagem, seria necessário produzir um lugar teórico que desse conta da constituição de um objeto na intersecção de disciplinas variadas sem se render diretamente a nenhuma delas, assumindo contradições existentes nas áreas do saber que problematizam o discurso. Abre-se, assim, a possibilidade de estudo do discurso num domínio específico e complexo.

Por essa razão, o discurso surge como uma antidisciplina, um lugar de conflitos entre disciplinas. Dessa forma, é possível dizer que ler Pêcheux corresponde a um exercício de reflexão do movimento do discurso em áreas diversas do saber, que na visão deste autor se situa na confluência de campos teóricos. Na verdade, tais articulações presentes no trabalho de Pêcheux correspondem à necessidade de reflexão sobre o sujeito, a história e a linguagem. Nesta concepção, apreender o objeto do discurso corresponde a observar os processos de constituição dos saberes e dos significados, por definição sócio-históricos. A criação deste objeto, assim conquistado no intervalo de ciências, de reflexões feitas no entremeio de disciplinas (ORLANDI, 1998), confere a especificidade do pensamento de Pêcheux.

Seu sistema, portanto, se fecha num tripé entre sujeito, história e linguagem. Ora, é necessário partir de uma concepção de sujeito, assim como da história e da linguagem, tomada indissociadamente, o que confere complexidade à reflexão. Tratar o discurso neste espaço exige um esforço teórico-analítico de difícil construção, porém, não impossível, como atestam os trabalhos de cunho analítico realizados na França nos anos 1970 e, no Brasil, fortemente a partir dos anos 1980. Nesse sentido, Pêcheux situa sua reflexão a partir de um sujeito psicanalítico, despossuído do controle de seu dizer. A história é pensada a partir do materialismo histórico e a linguística intervém como “teoria ao mesmo tempo dos

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

processos sintáticos e de enunciação” (MALDIDIER, 2003, p. 38). A teoria do discurso dá suporte, assim, à compreensão da determinação do significado. Dessa forma, Pêcheux se opõe a um estuturalismo presente na Linguística que exclui o sujeito e a história. Simultaneamente, opõe-se a um formalismo que progressivamente passa a dominar os estudos de linguagem (PÊCHEUX, 1997). Além disso, reintroduz o simbólico no materialismo histórico e se

demarca da psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2002, p. 20).

Assim se constitui o objeto do discurso, para Pêcheux, cuja reflexão, portanto, se produz numa zona de instabilidade e de questionamento de disciplinas constituídas, ao mesmo tempo se apropriando e reelaborando conceitos nelas presentes. Desse modo, ao afastar-se das certezas produzidas nos campos disciplinares, Pêcheux admite a instabilidade das fronteiras e fecha um campo de análise que se produz na contradição, fato que gera um desconforto teórico-analítico. Daí a metáfora da inquietação, lançada por Maldidier (2003), da reflexão que não se acaba e se presta sempre a novas análises.

3. A Análise de Discurso na contemporaneidade

Ao tratar sobre a AD e seus desdobramentos no Brasil, Orlandi (2012, p. 38) afirma que há uma virada na AD, inaugurando novos questionamentos decorrentes de novas formas de existência histórica da discursividade. Neste aspecto, conforme elucida a autora, é necessário pensar a partir de Pêcheux (2011) no que ele considera a materialidade discursiva, na sua existência sócio-histórica, remetendo às condições verbais de existência dos objetos em uma conjuntura histórica dada. Esta observação, para os analistas de discurso que se interessam por materiais midiáticos é fundamental, porque, ainda de acordo com esta autora:

Do contrário deixa-se de fazer análise de discurso. E se está fazendo semiologia, semiótica etc. apenas a partir de um outro significante, sem passar pelo discurso como está conceituado na análise de discurso, em sua relação com a ideologia. E um significante de outra ordem material é discurso (portanto constituído pela ideologia) na medida em que integra o espaço contraditório do desdobramento das discursividades (ORLANDI, 2012, p. 46).

Na perspectiva de Orlandi, portanto, de acordo com Pêcheux, é necessário considerar a língua com condição

de existência de objetos discursivos não logicamente estabilizados, e privilegiar os gestos de descrição deles. Orlandi alerta ainda que, ao tratar o discurso na contemporaneidade, não podemos perder de vista o fato de que há formas históricas de assujeitamento que devem ser o ponto de partida para uma reflexão do modo como a AD se insere na contemporaneidade. Por isso, a virada nos estudos discursivos se daria levando-se em conta o que se pode dizer por meio da análise sobre os objetos e as formas históricas de assujeitamento, que incluem novas tecnologias e mídia. Evita-se, assim, não aderir a pressupostos filológicos ou científicos alheios à constituição da AD, buscando o trabalho no entremeio, ou seja, discutindo as

contradições que esta posição produz, as metáforas¹ de que a ciência lança mão para se compreender e para compreender e que constitui o seu contexto como obra científico (ORLANDI, 2012, p.49).

4. Acontecimento discursivo

O conceito de acontecimento discursivo se torna nuclear para a constituição de corpus de materiais midiáticos, bem como sua análise. Lembremos que Pêcheux (2002) atendeu para este fato ao analisar o enunciado “on a gagné”, na sua opacidade. Tal enunciado, midiático, era deslocado do campo esportivo para o político para assinalar a vitória do presidente socialista François Mitterrand na França, em 1981. Neste aspecto, o acontecimento é um elemento de organização para o corpus, já que os sentidos são convocados pelos sujeitos a partir da ocorrência destes acontecimentos. Isso ocorre porque há uma sustentação do dizer pela memória. Na intensa circulação dos enunciados na mídia, só é possível compreendê-los, portanto, com base nesta memória. Os acontecimentos no mundo são significados na e pela linguagem. Por essa razão, é possível pensar numa organização discursiva para os acontecimentos, variável de acordo com as posições dos sujeitos que os interpretam, produzindo significados sempre variados. Ocorre que para significar os acontecimentos, os sujeitos fazem uso da linguagem disponível socialmente, que não pode, na perspectiva discursiva, ser interpretada exclusivamente no seu funcionamento intrínseco.

¹ Pêcheux (2011) explica que as teorias científicas não se desenvolvem apenas no discurso lógico, mas também numa rede metafórica que lhes serve de apoio.

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

Para efeitos de análise, os acontecimentos no discurso estão na intersecção entre a “atualidade e a memória”. Assim, os enunciados só ganham sentido porque já têm sentido e são ressignificados em cada retomada que o sujeito faz deles. Por isso, é necessário compreender a partir de que lugar social os sujeitos produzem significados para os acontecimentos. É importante considerar que enunciados podem se remeter ao mesmo fato, mas não constroem necessariamente as mesmas significações. Estes mesmos enunciados sobredeterminam o acontecimento, conferindo sentidos específicos passíveis de descrição e interpretação.

Os enunciados circulam socialmente e seu sentido escapa a qualquer determinação lógica, permitindo que o mesmo enunciado adquira outros significados. Isso ocorre porque a linguagem não é um código fechado, que sofre intervenção dos sujeitos, capazes de conferir sempre novas significações para os acontecimentos. A linguagem, portanto, se presta a equívocos, falhas que abrem espaço para os novos significados. No embate entre o acontecimento e a estrutura da linguagem na contínua intervenção dos sujeitos historicamente definidos no seu dizer, podemos descrever o movimento do discurso.

Também consideramos que a organização de sentidos proposta pela mídia jornalística corresponde a um esquema interpretativo do presente, numa ilusão de completude da informação e no apagamento dos procedimentos de seleção e construção da notícia. O que ocorre é uma ordenação cotidiana que obedece a critérios de hierarquização e organização, que visa colocar ordem no caos da realidade (SERVA, 2002), ao mesmo tempo interpretá-la e propor ao leitor esta forma de leitura. No funcionamento social, os jornais estão autorizados a produzir leituras da realidade que possam ser consideradas legítimas e produtoras de um universo de crenças constituidoras do discurso social. Instituem-se, assim, modelos de compreensão da realidade que visam explicar e desambiguar o mundo (MARIANI, 1999, p. 112). É, portanto, neste imaginário de credibilidade construído pela mídia jornalística que interpretações de acontecimentos podem ser tomadas como verdade e se naturalizarem no efeito de leitura. Compreendemos, portanto, o texto jornalístico como espaço material de produção discursiva e, desta forma, sujeito a ideologia. A verdade, nesta perspectiva, é uma das múltiplas versões dos fatos (BUCCI, 2004, p. 51). No entanto, este imaginário se faz necessário para a manutenção da própria imprensa. Bucci afirma que a imprensa deve oferecer confiabilidade, necessária para a confirmação deste imaginário e também para a validação dos jornais na relação com seus leitores.

5. A história presente

Mariani (1993) explica que, no caso de análise do discurso jornalístico², deve-se levar em conta o funcionamento imaginário de uma época, porque ele integra uma sociedade e sua história e, ao mesmo tempo, ele é história, e está “entranhado de historicidade”. Esta visão, de certa forma, é compartilhada por historiadores como Nora (1995, p. 180). De acordo com este autor, a época contemporânea é vivida já com sentido histórico. Este sentido, segundo ele, é formado porque há na atualidade uma circulação generalizada de discursos, produzida principalmente pelas mídias de massa, que significam como históricos acontecimentos do mundo contemporâneo. Desde o fim do século 19, o presente passou assim a ser dominado por acontecimentos e a história seria construída por ele. Na visão de Nora, as mídias de massa, hoje, alimentam o imaginário de que contam a história do presente porque conferem significados para os acontecimentos sociais. Os meios de comunicação são mesmo condição de existência desses acontecimentos. O fato de serem divulgados integra, portanto, sua produção. Assim, conclui Nora, o acontecimento não é por si histórico. É necessário que ele seja conhecido para existir. Somente a imprensa, explica o autor, “dispõe de uma gama de virtualidades sem rival” para a construção de uma realidade (NORA, 1995, p.182).

Ocorre, nesta produção do acontecimento, a tendência a torná-lo sensacional, permanentemente novo, para alimentar a “fome de acontecimentos” devido à redundância intrínseca ao sistema. Ele se impõe como um dado, antes mesmo de uma avaliação histórica *stricto sensu*. Na mídia, ocorre uma imposição do vivido como história e “o presente nos impõe em maior grau o vivido”. Há assim, nas palavras de Nora, “uma imensa promoção do imediato ao histórico e do vivido ao lendário” (NORA, 1995, p. 184). Para Henry (1994), não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não exija interpretação. A história, portanto, consiste em fazer sentido, que está sempre já-lá e se presta a correções, retificações, nuances. Os fatos têm assim historicidade. Neste aspecto, é necessário refletir sobre as condições que propiciaram a manutenção, continuidade e reelaboração discursiva dos acontecimentos.

Pensamos, assim como Mariani (1993), que a imprensa estabelece um controle do imaginário político do passado, produzindo “uma certeza” sobre este passado, não explicitando as relações de força que o fixam e silenciando outras

² Consideramos o discurso jornalístico como aquele produzido pelos jornais e que circula nos jornais.

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

versões, de modo a produzir uma unicidade que passe a funcionar para o estabelecimento do discurso sobre a atualidade. A imprensa configura-se, assim, como lugar de produção de um dos discursos sobre a história, instaurando uma versão sobre os fatos, ligada a uma verdade sobre eles. Dessa forma, busca-se construir uma história comum, uma identidade histórica que pode ser evocada para a explicação do presente. Esta versão apresentada pela imprensa se impõe como sentido dominante, institucionalizado e legítimo. A mídia constitui o imaginário social como produtora de uma história do presente e de uma visão sobre o passado, que integra este imaginário disponibilizado na circulação desse discurso. Este imaginário permite que os leitores possam também organizar sua relação com a realidade a partir de mecanismos de identificação com o discurso da imprensa.

O discurso jornalístico, assim como o da história, articula saber e poder para produzir interpretações num jogo complexo de forças na sociedade, em que pesam o trabalho do jornalista, a instituição jornalística — que determina regras de produção, o leitor imaginado e as relações com as próprias instâncias de poder. Há, portanto, uma série de constrangimentos, internos e externos à instituição jornalística, que atuam na elaboração dos textos jornalísticos e, conseqüentemente, do sentido. De modo geral, o jornalismo atribui-se a tarefa de produzir, classificar e hierarquizar sentidos para a realidade, transformando acontecimentos em fatos, numa lógica de produção de notícias. Podemos, então, falar numa ordem do discurso jornalístico na qual se produzem interpretações de acontecimentos selecionados pela imprensa e considerados importantes. Há um processo permanente, na produção desse discurso, de seleção, exclusão, atualização de acontecimentos, que devem, portanto, ser presentificados para se textualizar nas páginas dos jornais. Desta forma, constrói-se uma interpretação que se impõe a ler (MARIANI 1999, p. 105), apagada no efeito-leitor produzido. Temos então uma instituição, no caso os jornais, que impõe visões de mundo ordenadas e naturalizadas no espaço público. Neste processo, produz-se um conhecimento — tido como verdadeiro — sobre a realidade, sobre o presente e o passado, num efeito ideológico de imparcialidade e objetividade.

Orlandi (1998) explica que há uma gestão da memória coletiva pelos aparelhos de poder que promove uma divisão entre autores e intérpretes. A decorrência disso é a administração dos sentidos, que não andam soltos, e se relacionam à posição dos sujeitos. Neste aspecto, a mídia é uma agenciadora de sentidos que seleciona o que deve ser apreendido como sentido único e o que pode ter muitas interpretações (ORLANDI, 1998, p. 96). A instituição jornalística

tem seus procedimentos de controle e interdição de sentidos, estabelecendo uma ordem discursiva que alimenta o discurso social e a disputa pelos sentidos na sociedade.

A semelhante conclusão chega Davallon (1999), ao afirmar que, após o surgimento da imprensa, há um deslocamento da memória social, que não se encontra mais na cabeça dos indivíduos, mas nos arquivos da mídia. Este autor considera que os objetos culturais, como a imprensa, abrem a possibilidade de controle da memória social, relacionado ao seu funcionamento formal e significante.

6. O político na perspectiva da Análise de Discurso

Tomando como base a AD, admitimos que a linguagem não é dada, natural ou evidente. O sujeito da linguagem está submetido a injunções simbólicas e políticas, que são esquecidas na produção desta linguagem (ORLANDI, 1998, p. 42), como se pode observar na intensa produção de sentidos nas mídias jornalísticas. O mundo é significado pelo dizer, numa simbolização pela linguagem. Não há, assim, uma ligação necessária entre palavras e coisas, mas um sentido que se constitui historicamente. É, portanto, ideológica³, como vimos acima, a relação entre sujeito/sentido, palavra e coisa. O que ocorre é uma organização dos sentidos, que é discursiva, que se relaciona com o poder na sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso se produz no encontro entre língua e ideologia. Interessa, na análise, compreender como se estabelece a ordem do discurso e como o sujeito se constitui em posições nesta ordem, numa relação que se define a partir da memória do dizer — o interdiscurso.

Neste ponto, devemos considerar que na produção simbólica o político e o linguístico se articulam na constituição dos sentidos, que pela repetição se definem como dominantes e pela diferença abrem a possibilidade de que o dizer se materialize com outro sentido, variável de acordo com as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos. Não é, portanto, arriscado dizer que há uma divisão política dos sentidos, constitutiva do funcionamento da linguagem e da sociedade. Orlandi (1998, p. 131) explica que o político na AD corresponde justamente a esta divisão de sentidos que correspondem a gestos de interpretação feitos a partir da e na linguagem, que se relaciona às posições discursivas que o sustentam com base no memorável. Dessa forma, os sentidos são sempre divididos, e esta divisão corresponde às relações de força presentes na sociedade, que possibilitam que um sentido seja dominante, se cristalice em detrimento de outros. Da mesma forma, Guimarães (2002) define o político como característico do processo

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

de divisão que afeta materialmente a linguagem, sendo ele mesmo fundamento das relações sociais nas quais a linguagem ocupa papel central.

7. O corpus

Método, teoria e prática na AD se constituem permanentemente num ir-e-vir entre observação do corpus, pesquisa teórica e análise propriamente dita. Daí a necessidade de refletir sobre a constituição do corpus de materiais midiáticos — em geral composto de textos, imagens e/ou sons — capaz de mostrar a tensão existente entre teoria e prática. Como processo analítico, a AD é sensível à necessidade de tratar o objeto em sua especificidade, ela exige a articulação entre dispositivo teórico, que fornece ao analista as bases para compreensão dos processos de produção de sentidos, e o dispositivo analítico, mobilizado de acordo com as necessidades da análise colocadas pelo questionamento do analista e pela natureza do objeto de estudo. A configuração do corpus, estabelecido em função de um projeto de pesquisa, e a determinação de seus limites já correspondem a uma fase da análise. Devemos ter em mente que o discurso da imprensa é um dos que são produzidos no espaço público, não se configurando como único nem como “reflexo de uma realidade.”

Pretende-se compreender como objetos simbólicos, por definição não transparentes, produzem sentidos e os gestos de interpretação realizados pelos sujeitos (ORLANDI, 2002, p. 27). Neste aspecto, a formação do corpus é um primeiro gesto desta análise que se desenha neste ir-e-vir, pois a inclusão de materiais no corpus já é uma decisão sobre propriedades discursivas. O objetivo é mostrar como um discurso funciona e produz efeitos de sentido. O que se pretende, portanto, no percurso analítico, é uma reflexão sobre o funcionamento de um discurso, não a verificação de uma hipótese ou a demonstração da aplicação de uma teoria. Temos de ter em vista que o objeto permanece aberto para novas análises e abordagens, já que sua descrição não se esgota, porque todo discurso pode ser incluído num processo discursivo mais amplo. A forma do recorte feito pelo analista determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação construída. Por essa razão, o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes observações realizadas.

Primeiramente, o que se deve compreender é que o corpus não corresponde apenas à coleta feita pelo analista. Ele é um material selecionado e preparado para a análise na sua relação com as condições de produção e sua inserção na rede de discursividade sócio-histórica. O corpus é também

uma construção do próprio analista, que seleciona o material de acordo com os objetivos de sua análise, de sua pergunta discursiva, que organiza a relação que se estabelece entre sujeito e objeto de análise.

Uma coleção de textos pode muito bem ser um ponto de partida para refletir sobre o objeto, sobre os métodos de pesquisa e a formação do dispositivo teórico e analítico. Ainda assim, ela não será o corpus. Em corpora formados por materiais midiáticos, a tendência é dispor de uma profusão de textos industrialmente produzidos. O desafio para o analista é procurar aqueles que podem servir para a análise frente à pergunta discursiva estabelecida por ele, ou seja, formar uma coleção de textos é simples, mas estabelecer os limites e fazer a seleção deste material face à pergunta discursiva não é evidente.

Seguimos aqui as recomendações de Orlandi (2002) para a constituição do corpus em AD. Segundo esta autora, na AD o objetivo não é realizar uma análise exaustiva e completa em relação ao objeto. Isso porque todo o discurso está em relação com outros. Há sim um processo discursivo que pode ser analisado e recortado em estados diferentes. Dessa forma, o que se pretende com a análise é uma exaustividade vertical, que deve ser considerado em relação à temática e aos objetivos da análise (ORLANDI, 2002, p. 63). Assim, os “fatos” de linguagem são observados em sua relação com a memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva. A AD, na visão de Orlandi (2003, p. 116), não é um nível diferente de análise que se acrescenta aos níveis definidos na Linguística — fonético, sintático, semântico —, é um ponto de vista diferente. Nesse sentido, a perspectiva discursiva é constitutiva dos vários níveis de análise.

No caso de trabalhos que se utilizam de mídias jornalísticas, o material tende a ser volumoso, repetitivo e uniforme, características definidas pela rotina de produção dos textos jornalísticos. Daí a necessidade de retomar os princípios de análise para saber olhar este material. Observamos, porém, as características citadas acima também como fatos discursivos já presentes neste gesto de análise inicial. Neste ponto, o volume, a uniformidade e a repetibilidade observados, sobretudo em textos ditos “informativos”, são sintomas de um modo de produção da mídia contemporânea, que persegue a objetividade e a neutralidade em seus posicionamentos, além da saturação informativa presente, sobretudo na mídia digital, em que se tem a ilusão de completude. Não objetivamos, portanto, a exaustividade como um fim, mas a levamos em conta numa primeira abordagem, para termos a dimensão de que o volume de textos encontrados é um indício discursivo da importância

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

atribuída pela mídia ao fato, do destaque que ele toma na agenda nacional e social. Abrir espaço na mídia para um fato já significa atribuir a ele uma importância, um sentido, uma dimensão, uma abrangência. A permanência deste fato e suas interpretações na imprensa, em suas múltiplas facetas, demonstra um determinado processo discursivo.

O corpus de análise é, na maioria das vezes, extenso e complexo. São necessários diferentes agrupamentos para tornar observável o discurso da imprensa e para responder a questões colocadas a partir mesmo da observação do conjunto do material, de modo a constituir uma lógica para a demonstração do funcionamento discursivo. Em geral, os pesquisadores formam um corpus de arquivo, no sentido em que o compreende Courtine (1981, p. 37), ou seja, um corpus constituído a partir de materiais preexistentes em oposição a um corpus experimental constituído por entrevistas. Basicamente, os corpora reúnem materiais coletados em diferentes suportes midiáticos — imprensa escrita, mídia digital, TV etc. — que impõem, de certa forma, limites materiais ao trabalho e procedimentos para a coleta. Contudo, não se pode perder de vista o fato de que o objetivo é observar como os sentidos se formam em gestos de interpretação, sempre relacionados ao interdiscurso e ao contexto histórico e ideológico que condicionam a leitura. Na perspectiva da AD, o funcionamento da linguagem não deve ser apreendido apenas no nível linguístico, mas também nos aspectos que se referem às condições de produção, circulação e interpretação do discurso.

Cumprido, ainda, explicitar que a leitura do analista não é uma leitura comum. Os procedimentos da AD permitem o deslocamento da posição de leitor para a de analista, ainda que ele tenha tido com o material analisado, sobretudo o da imprensa contemporânea, uma relação de leitor. Consideramos, portanto, que são diferentes posições-leitor. Neste procedimento, a leitura inicial dos materiais é um procedimento necessário para que o analista tenha condição de estabelecer parâmetros para a seleção do material. Ela é necessária também porque, ao ler artigos, reportagens, assistir a telejornais ou ler notícias on-line, pode-se compreender os gestos de interpretação realizados na edição das publicações, ou seja, a importância atribuída aos fatos, seu posicionamento nas páginas, na organização editorial, enfim, é possível observar como a agenda midiática distribui este assunto e o que significa em sua eventual correlação com os fatos que estão na ordem do dia. Desse modo, essa leitura pode trazer elementos que contribuem para a análise e a constituição do próprio corpus. Como resultado, em geral, de uma escolha temática e cronológica, o material coletado não é diretamente analisável, mas um conjunto

que demonstra características da cobertura jornalística e gestos de interpretação que não podem ser desprezados.

8. Nota para a questão das formações discursivas

A AD visa mostrar funcionamentos discursivos que podem ser identificados em materiais simbólicos, desnaturalizando a relação do analista com a linguagem. O percurso analítico, no que se refere ao discurso nas mídias jornalísticas, visa observar o discurso no deslocamento que ele opera nas redes de memória, tendo em vista que

palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Essas proposições, portanto, se inscrevem em formações ideológicas. Assim, a formação discursiva corresponde a uma posição ideológica numa determinada conjuntura que determina o que pode e deve ser dito.

Devemos ter cuidado, ao analisar materiais jornalísticos, em utilizar o conceito de formação discursiva, para não tomá-lo como princípio que orienta a própria análise. Se assim o fosse, não seria necessário compreender a movimentação do sujeito nas redes discursivas e de memória. Tal cuidado evita interpretações mecânicas ou apressadas do que se pode observar no corpus de análise. A formação discursiva não é um ponto de partida da análise. Ainda, conforme Pêcheux, os sujeitos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas (PÊCHEUX, 1997, p. 60-61). Primeiramente, portanto, consideramos a formação discursiva como um ponto de chegada, ou seja, a análise nos leva a definir os limites entre as formações e como os sujeitos se posicionam. Destacamos, porém, a instabilidade dessas formações, sua permeabilidade e contradições que se formam em seu interior, que permitem a constituição de novos sentidos. Em linhas gerais, ao final de uma análise, portanto, perguntamo-nos sobre o que pode e deve ser dito em determinadas formações.

Outro cuidado necessário ao utilizar a noção de formação discursiva é não tomá-la como algo estável. Os discursos se movimentam, há agitações nas redes de memória e nas identificações dos sujeitos, numa reconfiguração incessante. Novamente, o analista deve se dedicar a compreender as

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

nuances, o que há de heterogêneo nestas formações, de modo a compreender o funcionamento discursivo.

9. Considerações finais

Ao final deste trabalho, ressaltamos a importância de compreender a AD como um paradigma teórico-metodológico. A necessidade de mobilização de dispositivos teóricos, derivados do modo como a AD compreende a formação dos sentidos em relação aos sujeitos, à ideologia e à história, e analíticos, que atendem às necessidades de questionamento específico do analista, abrem a perspectiva para a singularidade de cada análise e é uma característica da AD que independe de seus objetos de análise. Assim, a adoção da AD implica assumir a teoria e sua proposta metodológica. Nesse sentido, a perspectiva de utilização da AD apenas como instrumento de análise é estranha à própria constituição teórica, o que impede, por vezes, sua aceitação no interior de outras disciplinas na área de Ciências Humanas, como a Comunicação. Ainda destacamos o fato de que a AD não se reduz a perspectivas eminentemente linguísticas, tampouco históricas, sociológicas ou psicológicas. Sua virtude está na oportunidade de reflexão que oferece ao pesquisador sobre as contradições e esquecimentos na delimitação de objetos pelas ciências.

Referências

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours?. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981, p.21-33.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 23-32

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 2002.

No caso de materiais jornalísticos, é necessário compreender sua inserção na dinâmica histórico-social antes mesmo de uma abordagem que privilegie o suporte em que tal material se encontra, seja ele impresso, eletrônico ou digital. Na perspectiva da AD, o funcionamento da linguagem não deve ser apreendido apenas no nível linguístico, mas também nos aspectos que se referem às condições de produção, circulação e interpretação do discurso. Assim, o contexto imediato de enunciação se relaciona ao contexto social, histórico e ideológico, como alerta Orlandi (2002). Além disso, não podemos esquecer que os discursos estabelecem relações que podem ser descritas, sejam elas de oposição, negação ou mesmo identidade. Notemos ainda que tais relações não são fixas. A análise dependerá mais da habilidade do analista em trabalhar nas contradições identificadas no embate com o material de pesquisa do que de uma formulação teórica prévia sobre as características de tais materiais. O real do sentido, afetado por deslizamentos, rupturas, que possibilitam novos sentidos, também está presente no discurso das mídias, ainda que haja forças de controle e regularização dos sentidos que atuam no eixo da estabilização. Essa permanente tensão entre o novo sentido, dado pela polissemia, e o sentido que se estabiliza, dado pelas relações de paráfrase, atuam no movimento dos sentidos, conforme mostra Orlandi (1998, 2012). Por essas razões, interessa ao pesquisador a compreensão dos processos discursivos mais amplos, do qual as mídias em geral fazem parte.

HENRI, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1994, p. 29-53.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

_____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A revolução de 30. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 102-121.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

Apontamentos teórico-metodológicos para a análise de discurso de materiais jornalísticos

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 2002.

_____. *Análise de discurso: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011.

SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2002.